

JALAPÃO, PAISAGEM LIMINAR: UM ENSAIO SOBRE FORMAS E DESORIENTAÇÕES GEOGRÁFICAS

Marcos Paulo Ferreira de Góis

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Expedições científicas foram práticas convencionais onde esperava-se extrair do local visitado informações que auxiliassem no reconhecimento do território ou que reorientassem o percurso de uma pesquisa. Neste sentido, refazer percursos de outras expedições é um exercício que estimula imaginações e curiosidades geográficas. Neste artigo propomos descrever as práticas de trabalho de campo elaboradas a partir da retomada do percurso da expedição do CNG-IBGE, realizada em 1943, ao Jalapão. A descrição das formas, as desorientações cartográficas e a interpretação dos significados presentes na paisagem do Matopiba foram os guias metodológicos. Os resultados ressaltam o impulso estético e a obsessão pelas formas no trabalho geográfico, além de sinalizarem para a superação da paisagem do passado com a chegada do agronegócio.

Palavras-chave: Liminaridade, expedição, trabalho de campo, morfologia da paisagem, Matopiba.

ABSTRACT

Scientific expeditions were traditional practices in which it was hoped to extract information from the place visited that would help to recognize the territory or reorient the route of a research project. In this sense, re-creating the routes of other expeditions is an exercise that stimulates geographical imagination and curiosity. In this article, we propose to describe the fieldwork practices that emerged from retracing the route of the CNG-IBGE expedition to Jalapão in 1943. The description of forms, cartographic disorientations and the interpretation of meanings present in the Matopiba landscape were the methodological guides. The results highlight the aesthetic impulse and the obsession with forms in geographical work, as well as signaling the overcoming of the landscape of the past with the arrival of agribusiness.

Key words: *Liminality, expedition, fieldwork, landscape morphology, Matopiba.*

Introdução

Uma expedição pode ter diversos objetivos. Ela pode servir para o registro de um marco natural especulado, mas ainda não observado diretamente; pode ter fins cadastrais e regulatórios, como a busca de divisores ou limites entre municípios; pode exercer um papel central na identificação e na coleta de dados de uma pesquisa. A expedição sobre a qual irei tratar nas próximas páginas não possui nenhuma das finalidades assinaladas anteriormente. Ela teve propósitos distintos para cada expedicionário. No meu caso, em particular, o propósito surgiu aos poucos, no percurso, a partir do contato direto com o mundo que se abria a cada quilômetro percorrido entre Tocantins e Bahia, alimentado pela curiosidade despertada pelo que víamos a partir da estrada. Mais do que coletar informações, o que se apresentou foi um impulso estético, no sentido apresentado por Claval (2013, §19):

A realidade geográfica não é igual à soma do que pode ser observado em um ponto ou uma região; ela revela, através da paisagem, uma ordem que é importante evidenciar. Sem a experiência prática, o geógrafo deixa escapar uma parte essencial das realidades que ele tem a intenção de dar conta: aquelas que não são fruto da inteligência, mas da intuição, da sensibilidade, do gosto, da estética: aquelas que revelam a diferenciação qualitativa do mundo.

Por este motivo, advirto que este não é um texto sobre a geografia agrária do cerrado brasileiro ou sobre a produção do seu espaço regional. Com ele não espere encontrar dados novos, documentos reveladores ou mesmo denúncias sobre os conflitos e mazelas da região. Para isso já há farta documentação a ser consultada (ver, por exemplo, o dossiê sobre o Matopiba publicado pelo NERA, em 2019, ou os trabalhos publicados por Bühler & Oliveira, 2019; e Silva & Sauer, 2022). Logo, retiro qualquer pretensão analítica mais elaborada e compromisso de uma pesquisa empírica deste texto. Ele é somente uma forma de ver, sob um ponto de vista de um expedicionário pouco experiente, o rito de passagem de uma paisagem, sua liminaridade. Por isso, é seguro afirmar que as fronteiras disciplinares também podem estar turvas, mas há uma clara e manifesta vontade de pensar o valor da descoberta na realização de expedições ou trabalhos de campo, sejam eles devotados a uma pesquisa, sejam eles dedicados ao exercício didático, mas orientados por um ponto de vista geográfico.

Por fim, o objetivo contido neste texto foi o de apresentar uma paisagem liminar, ou seja, uma paisagem que se encontra entre dois tempos, dois mundos, duas expectativas. A ideia é que esta apresentação consiga, ao mesmo tempo, dar uma noção de conjunto a partir do estudo das formas e revelar desorientações ao longo do percurso por meio do estudo das práticas do trabalho de campo. Neste sentido, o treinamento de um olhar morfológico, preocupado com as variâncias de formas, de cores e de situações geográficas, pode ser estimulado em busca de uma maneira de ver e de se engajar com o mundo, em busca de conjuntos interpretativos sobre as paisagens (COSGROVE, 2008; GOMES, 2017). Tais conjuntos, por serem variados, permitiram conectar o que se viu a perspectivas teóricas distintas, mas que se agrupavam em torno de um elo fundamental: a morfologia da paisagem e o prazer estético obtido a partir do contato direto por meio do trabalho de campo.

O relato de uma expedição

A expedição de 2023 se inicia em outra viagem, ocorrida cerca de 80 anos atrás, sob a coordenação do engenheiro Gilvandro Simas Pereira, e que contava com a presença do então auxiliar da 4^a seção do Conselho Nacional de Geografia do IBGE, Pedro Pinchas Geiger (figura 1). Como indicado por ambos (PEREIRA, 1943; GEIGER, 2014), naquela expedição se previa a identificação dos divisores de drenagem do São Francisco-Parnaíba e do Tocantins-Parnaíba, além do registro de determinadas feições e marcos geográficos no terreno. Se tratava, também, de uma expedição que deveria complementar os trabalhos realizados em expedição anterior, interrompida pelas adversidades impostas por este mesmo terreno ainda pouco conhecido nos anos 1930 e 40.



Os expedicionários na "Pedra da Baliza". Aqui vemos os Engs Gilvandro S. Pereira e Alvaro Sampaio: o Sr. Pedro Geiger, o guia Domingos Carvalho e o auxiliar José Silva.

Figura 1 – Os expedicionários de 1943. Fonte: extraído do texto de Gilvandro Pereira (1943).

A expedição de 2023 foi idealizada diligentemente por Letícia Parente Ribeiro, professora do Departamento de Geografia da UFRJ, que viu na oportunidade de participar do Encontro Nacional da ANPEGE, uma abertura para refazer, mesmo que parcialmente, o roteiro da expedição de 1943 (figura 2). Juntos estavam outros docentes e discentes da UFRJ e de outras universidades brasileiras¹. Logo, tínhamos uma composição bem mais homogênea em relação às origens dos integrantes, apesar de uma mais variada gama de interesses expostos durante a viagem, o que seria ainda mais instigante do ponto de vista intelectual, tendo em vista a força da curiosidade geográfica nas apreensões feitas em campo. A brevidade da jornada aguçou em todos uma renovada acuidade especulativa tão rara em nosso fazer acadêmico atual, especialmente nas Humanidades.

Há outras importantes diferenças entre as expedições. A primeira está na velocidade do deslocamento. Chegamos de avião à capital do Tocantins, enquanto Pedro Geiger e Gilvandro Pereira encontraram os seus colegas de expedição na Bahia, em Barra, após longa viagem de trem desde Salvador, de onde seguiram por via férrea até Juazeiro e, depois, em viagem fluvial até

¹ A expedição contou com a participação das professoras Janete Regina de Oliveira e Maria Isabel Chrysostomo, da Universidade Federal de Viçosa, e das professoras Ana Brasil Machado, Ève Anne Bühler, Gisela Pires do Rio, Letícia Ribeiro, Telma Mendes da Silva e o professor Marcos Góis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além dos discentes Rafael Gomes e Vinícius Burle, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

Boqueirão. Em 1943 eles penetraram o interior do oeste baiano, também com a ajuda de cavalos e, depois, com muares que, lentamente, ao longo das várzeas e margens dos rios, se dirigiram para as cercanias da região do Jalapão, a partir de Formosa. Nós alugamos caminhonetes com tração 4x4, percorremos estradas abertas pelo interesse turístico e rodovias asfaltadas que ligavam cidades pequenas e médias, em conexões criadas para o benefício das fazendas do agronegócio. No total, percorremos cerca de 1200 quilômetros, em apenas 5 dias. A expedição de 1943 levou esse tempo somente para vencer o Rio Preto, desde Boqueirão. No total, executou quase 2500 quilômetros na região, em 122 dias.



Os expedicionários na “Pedra da Baliza”. Aqui vemos as professoras Janete Regina de Oliveira, Ève Anne Bühler, Letícia Ribeiro, Gisela Pires do Rio, Maria Isabel Chrysostomo, Ana Brasil Machado e o professor Marcos Góis. Os discentes Rafael Gomes e Vinícius Burle. Além da professora Telma Silva, que capturou a imagem.

Figura 2 – Os expedicionários de 2023. Fonte: edição a partir da fotografia de Telma Mendes Silva (2023).

Houve uma mudança no sentido das trajetórias também. A expedição de 2023 entrou na região pelo caminho do turismo, via Palmas-TO, em direção à cidade de Mateiros, porta de entrada do Parque do Jalapão. De lá seguimos para Formosa do Rio Preto, uma localidade que parece residir entre o passado em que quase desapareceu e o futuro que se abre pelo interesse do

agronegócio. Por fim, voltamos pela feição sul do Jalapão até nos assentarmos, no último dia, na cidade de Dianópolis, importante centro regional desde os anos 1940. Logo, voltamos à Palmas após o périplo realizado entre Tocantins e Bahia. Não adentramos o norte do Jalapão, nem chegamos ao Piauí, ao rio Parnaíba ou à lagoa do Parnaguá. Na Bahia não avançamos a Leste para além do Rio Preto. No Tocantins não avançamos muito nos cursos dos rios Sapão e Galhão. Apesar disso, muitos marcos comparativos foram vistos no caminho e nas paragens.

Sem dúvida, o que vimos se diferencia em muitos sentidos daquilo que Pedro Geiger e seus colegas de expedição observaram. Chegamos ao Jalapão no momento do avanço do agronegócio sobre o cerrado, na região denominada Matopiba. Os contrastes com o passado relatado pelos expedicionários de 1943 e com o que pode ser notado na paisagem serão objeto de reflexão nas próximas linhas. Desorientações, miragens e delírios são formas de explicar e de narrar o confronto com os limites entre os dois mundos que se cruzam no cerrado brasileiro. Tentarei ponderar sobre tais sensações por meio de imagens que nos ajudem a pensar geograficamente (GOMES, 2017) sobre as ambiguidades presentes nesse contato.

Por fim, advirto que há um claro apelo geométrico que se impôs ao raciocínio, com evidentes questões que se colocam sobre os conteúdos humanos e mais-que-humanos que estão presentes em cada forma. Neste sentido, a dramaticidade dos contrastes denota uma interpretação pelo viés dos limites, das tensões que se encontram na proximidade de dois mundos e de duas formas de ver o mundo e a experiência humana. Como muito bem exposto por Brasil-Machado (2013), limites indicam, orientam e participam da maneira como se ordena o espaço. Neste caso, eles operam sobre a maneira que vemos e que, portanto, compreendemos o mundo ao nosso redor. A paisagem liminar é a expressão e a referência de um movimento em vias de realização. Ela é a dimensão estética e ética do processo de fixação de um novo modo de ser no mundo. Composição que evindencia com dramaticidade os conflitos pela terra e, principalmente, pela água.

A radical oposição entre os dois domínios se conforma pela força que cada um impõe às formas de habitar o mundo. Os contrastes marcam a paisagem e nas zonas limítrofes eles se confundem, se sobrepõem e dispersam. A paisagem liminar é, assim, por vezes nítida e cristalina, pois se sabe bem que práticas marcam a região, mas é, também, por vezes, desorientadora, visto que as forças organizadoras de certas áreas são difusas, quase incompreensíveis. Se fosse adequado tomar dos antropólogos a ideia de um rito de passagem, a paisagem seria o retrato provisório de estrutura em transição, um ponto de vista sobre o processo que está em voga. Seria, portanto, a marca e a matriz das mudanças que espreitam a região.

Como em todo rito de passagem é necessário ter guias que nos ajudem a entrar e a sair dos rituais. Andar nessas paisagens é uma experiência perigosa em muitos sentidos. Estradas rurais, estradas turísticas, estradas dos projetos do agronegócio se entremeiam na composição de uma rede bastante embrionária e ainda não registrada nos mapas ou armazenadas nos aplicativos que utilizam as imagens de satélite. Andar pela região do Jalapão é um convite para o aprendizado, uma forma de educar os sentidos para a percepção das inscrições humanas e mais que humanas presentes nas paisagens. Ao mesmo tempo, o perigo aguçá a curiosidade, o que revela a nossa própria ambiguidade frente ao que sentimos quando estamos lá. Das incertezas vacilantes de nossos colegas expedicionários e, mais claramente, das minhas impressões temerárias, deriva o interesse em produzir este texto. Porém, é preciso saber por onde se anda. Aprender um caminho é o primeiro ato de uma jornada de entendimento do mundo, no mundo e com o mundo.

A caminho de Mateiros-TO esta lição foi aprendida em forma de obstáculos impostos pelo terreno acidentado das estradas e pela tempestade. O percurso que mal se via durante a noite se abriu com a visão dos topos planos (figura 3) que nos seus contrafortes asseguraram a passagem do Rio Grande na altura de Boqueirão-BA. Os topões planos, os pináculos e as relíquias geológicas foram algumas das formas que nos (des)orientariam durante a expedição.



Figura 3 – Topo plano. Fonte: edição a partir de fotografia do autor.

“Tem que saber andar nos projetos, tem que seguir o batidão dos outros”: desorientações geográficas

A equipe se preparava para cada jornada diária observando os mapas impressos, “baixando” os dados dos aplicativos de localização para obter mapas *off-line*, definindo a melhor estratégia de paradas ao longo do percurso. O roteiro estabelecido ainda no Rio de Janeiro ganhava aperfeiçoamentos a partir da identificação de alguma feição relevante a ser registrada. Ainda assim, nossos mapas em papel e nossas imagens de satélite reproduzidas nas telas dos celulares eram de pouca ajuda em boa parte do percurso, quando estávamos em movimento, sem sinal da operadora de telefonia e sem registros precisos do sistema de posicionamento global (GPS). A sensação de desorientação era constante e poderíamos dizer que não estávamos em situação muito melhor do que aqueles que na década de 1940 se baseavam em imprecisos dados sobre os divisores de drenagem da região (figura 4).

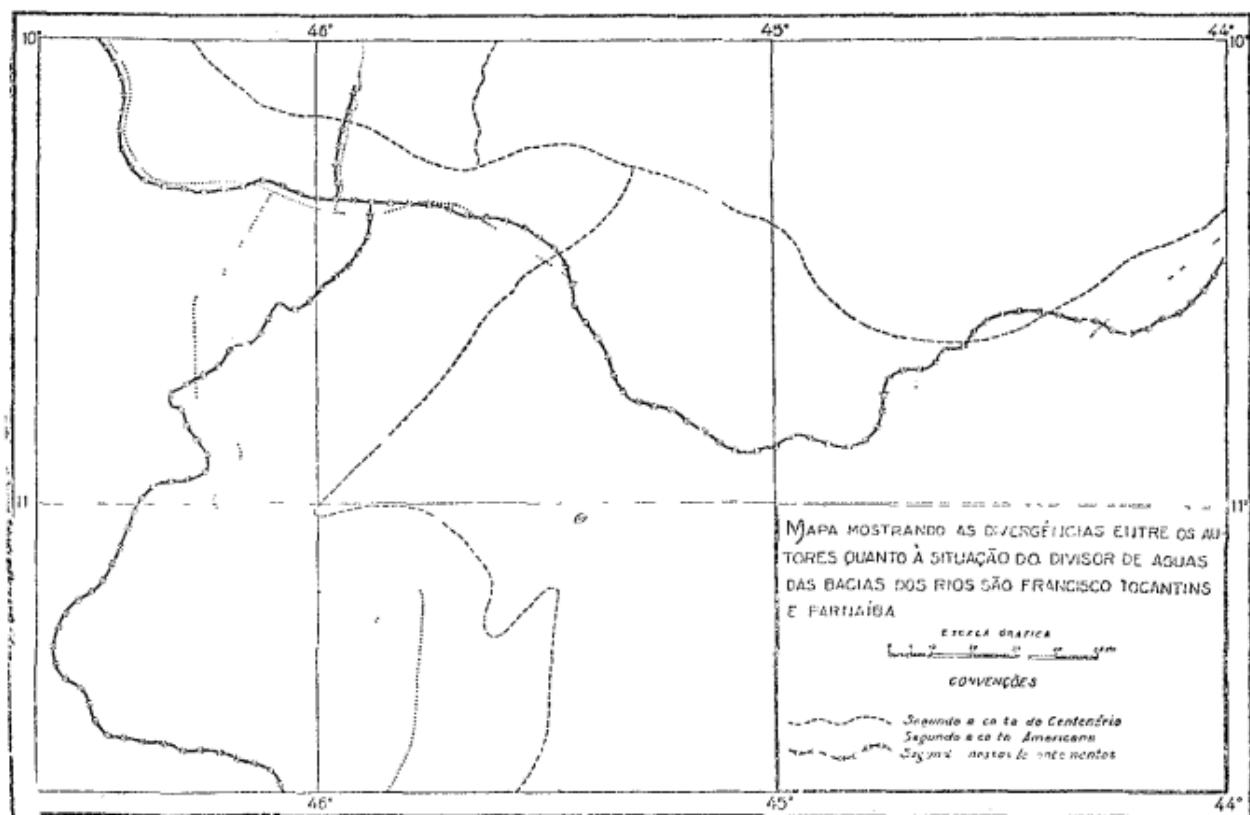


Figura 4 – O mapa das divergências. Fonte: extraído do texto de Gilvandro Pereira (1943).

Em boa medida a sensação de não saber se estávamos no caminho certo advinha de informações desatualizadas. Os sistemas de mapeamento continham imagens de satélites que não refletiam mais o que aparecia no terreno. Um caos cognitivo. Víamos dois registros visuais que não se assemelhavam de forma alguma. Por se tratar de uma paisagem em franca mutação, alguns meses poderiam significar uma absoluta transformação entre o que se vê na tela e o que se vê na estrada. A imagem abaixo (figura 5) é um exemplo adequado desse problema. Ela não é uma colagem, mas um recorte em que são expostos lado a lado dois registros imagéticos separados por – talvez – apenas um ano e alguns meses. A figura deve ser lida a partir do lado direito, de onde começa a narrativa “do passado do terreno”. Ao lado direito se apresenta o cerrado, aparentemente cortado por uma estreita estrada de chão à leste. Do lado esquerdo se nota que a cobertura vegetal praticamente desaparece, seus resquícios apenas servem de testemunhas do que antes cobria toda a área. Surge a cor crua da terra exposta, os diversos cortes geométricos, os caminhos abertos pelo maquinário, uma espessa linha curva que se conecta a uma estrutura perfeitamente circular no centro da imagem. Uma linha cinza, que deveria registrar uma estrada antiga, se transforma em uma “rugosidade digital”, a qual sugere pelo traço um caminho que já não existe.

Como era de se esperar, se perder era parte do processo de explorar. Terrenos mutantes, que haviam sido recentemente transformados pelo empenho do maquinário contra a vegetação arbustiva do Cerrado. As imagens de satélite apresentavam ainda uma terra incógnita, como os mapas dos descobrimentos, que apenas indicavam uma possibilidade, um registro de uma vista

distante, pouco aderente às formas do terreno a ser explorado. Era preciso ter guias locais que nos informassem melhor sobre o caminho adiante.

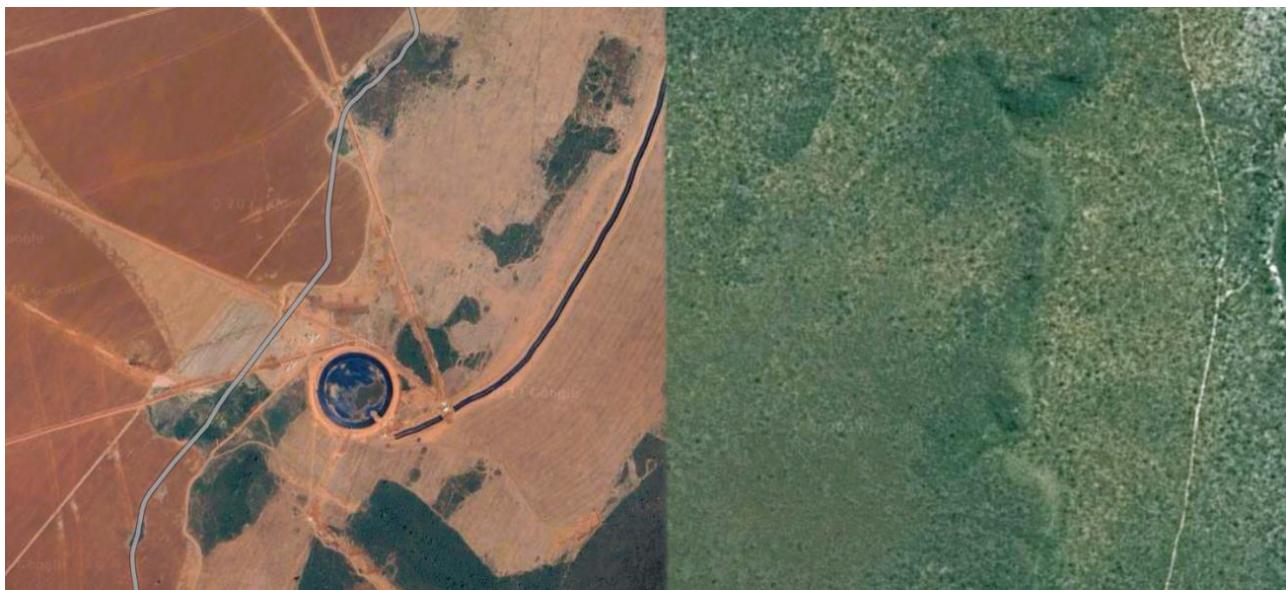


Figura 5 – Atualização da vista da região a partir de um satélite. Fonte: imagem extraída a partir do programa *Google Earth Pro* (15/10/2023).

Quando ainda estávamos em Mateiros (TO) fomos orientados sobre o percurso até Formosa do Rio Preto (BA). Os funcionários de uma pousada diziam se tratar de um caminho difícil, que “era preciso saber andar nos projetos”. Nesse caso, os projetos do agronegócio que, ao tomarem o terreno, perdem o sentido projetivo e se transformam em forma-conteúdo (SANTOS, 1988), em expressão concreta do processo de avanço da infraestrutura da monocultura às margens do Parque do Jalapão.

Mas, afinal, do que se trata quando falamos dos projetos? Um projeto do agronegócio é a primeira rodada de investimentos sobre o terreno, seja a implantação de certo tipo de cultura, como a soja ou o milho, por exemplo, seja a construção de uma infraestrutura nova, como um silo ou um reservatório d’água. No jargão técnico os projetos se diferenciam dos processos, os quais se caracterizam pela continuidade dos projetos, sua repetição em novas safras e maior grau de complexidade, que pode envolver projetos variados. Logo, da parte que nos interessa, os projetos são uma inovação que visa colonizar o terreno e dar a ele as feições úteis para a realização dos objetivos de seus idealizadores.

A morfologia da paisagem resulta, portanto, da organização econômica, dos objetivos dos proprietários das terras e das estruturas políticas (no sentido empregado por Capel, 2002) que indicam um rumo para a região neste momento. São, assim, o marco da transição, uma sinalização sobre o que há de vir. Como muitos projetos eram recentes, a navegação tenderia a ser realizada no escuro e poderia nos desviar significativamente dos nossos objetivos. Nem mesmo os “nativos” acompanhavam a rápida transição no terreno das acelerações elaboradas nos e pelos projetos do

agronegócio. A dinâmica acelerada dos processos converteria rapidamente a paisagem do Cerrado em paisagem Agrícola.

A caminho da Pedra da Baliza - famoso ponto turístico local composto por um afloramento de arenito em formato de taça ou cálice - a expedição se viu em um “beco sem saída”. Os dois caminhos possíveis pareciam demasiadamente inexplorados para serem rotas ad equadas para os carros. Os nossos mapas não registravam adequadamente por qual deles seguir. Duas soluções tradicionais foram tentadas. A primeira, andar, a pé, um trecho adiante nas duas estradas para ver “se dava para passar” e se alguma delas seguia “para além do que se via de antemão”. A segunda estratégia consistia em perguntar para algum morador de um pequeno povoado que havíamos acabado de passar sobre o caminho certo. Esta alternativa se apresentou como mais segura e fascinante. Se ainda no hotel, em Mateiros (TO), a preocupação era saber como andar nos projetos, a moradora do povoado nos trouxe mais um desafio: “era preciso seguir o batidão dos outros [carros]”.

Novamente os mapas seriam de pouca serventia por ali. Até a Pedra da Baliza seriam os rastros dos veículos turísticos que nos guiariam, com as marcas dos pneus que sulcam a terra para tracionar e vencer a areia solta. O batidão é a terra pressionada pelo peso dos veículos que deixa o registro temporário para os que vem depois. Desviar do batidão poderia gerar dois problemas: pegar o caminho errado e correr o risco de perder o controle do carro. Sem guias em nossa expedição, teríamos que nos orientar por aqueles que fazem o percurso até a Pedra da Baliza de forma recorrente. Nos marcos do Parque do Jalapão é o turismo que ativa as estradas, que mantém os percursos e que organiza a batida, ou - por que não? - o ritmo regional da face oeste ao agronegócio. A impressão no terreno da atividade humana era um indicador móvel precioso. Era preciso de cifrar as marcas para avançar no terreno. Na expedição dos anos 1940 estes marcos não estavam disponíveis e outros indicadores vernaculares precisaram ser ativados, como pequenos marcos de abertura do matagal ou indicadores de pontos de transbordo para os barcos.

Batidão dos outros, projetos dos outros. A Pedra Baliza que já foi o marco equivocado de uma fronteira múltipla, entre os estados do Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí, hoje é um novo indicador da transição entre o batidão do turismo e os projetos do agronegócio. A partir dele qualquer caminho à leste, sul ou norte levará a uma fazenda. Somente na face oeste se encontra o parque, delimitado pela lei, uma barreira para o avanço das fazendas do agronegócio. Até o presente momento.

Esta ruptura visual, recorrente em boa parte do trajeto, nos causou um inevitável deslumbramento. Mesmo para aqueles que já andaram por estas terras antes e que já viram o potencial transformador da paisagem pelo agronegócio, trata-se de uma experiência impactante percorrer estradas que marcam uma ruptura. Seria como se estivéssemos andando sobre uma linha que separa dois mundos, dois tempos, dois destinos. Não há qualquer ambiguidade quando andamos neste limite. Esta situação geográfica nos permite ver com clareza rara um processo que se revela em toda a sua complexidade estrutural. A evidência empírica riscada na terra provoca uma ingênua curiosidade, talvez algo que tenha se perdido na formação de geógrafos, sobre uma paisagem que aguça os sentidos ao ponto de querer ver mais, para saber mais, como um texto ou um enredo que nos prende em uma leitura apaixonada. Talvez resida aí, no âmago das tensões, a força da curiosidade geográfica no fazer da pesquisa. Uma paisagem que provoca perguntas e elocubrações, que arrebenta o fio do objeto da pesquisa, remendando-o com as imprecisões que amealhamos no

caminho. E isso muda tudo. A ambiguidade fascina, especialmente quando vista diretamente, ali onde ela é.

“Isto é um reservatório. Aquilo é um canal!”: paisagens e miragens

Os caminhos do “agro” também formam longas retas que atravessam o Cerrado. Ao longo das rodovias se estendem campos amplos em que a vista não alcança o seu fim. Esta veloz incorporação de áreas e produção de espaços para a agricultura não deixa sequer rastros do que ali antes existia. Precisamos nos apoiar em registros passados, fotografias e relatos de moradores para compreender a dimensão da transformação da paisagem, como J.B. Jackson (1970) já havia notado para o caso norte-americano há mais de meio século (BESSE, 2003). Os antigos usos do solo, as possíveis edificações e os outros planos para aquela região não são mais notáveis na paisagem.

As estradas refletem de alguma forma o adesivo que podemos encontrar em diversos vidros de carros e vitrines de lojas do oeste da Bahia: “o agro não para”. Em linha reta, a estrada abrigava grandes e pesados caminhões que carregavam à época o pouco que restou da safra de 2023. O asfalto terminava abruptamente em diversos pontos. O seu fim era um indicador, uma verdadeira ponta de trilho, boca de sertão, que sinalizava o passado seguinte de um agro que continua a seguir seu caminho, a realizar os seus projetos.

As longas retas também provocavam miragens. De longe, adiante na estrada, a insolação e a reflexividade nos enganam. Algo parece ser um lago, mas a vista não alcança, não há definição correta do que está adiante. A confusão visual e a imprecisão quanto a melhor denominação do que se observa faz com que as conclusões sejam vacilantes. Montanhas de calcário para “acertar” o potencial hidrogenônico da terra, para torná-la mais fértil ou suscetível ao emprego constante de novas safras, se tornam espelhos que distorcem com seus elevados albedos a vista de quem atravessa os projetos do agro.

Não bastará, no entanto, corrigir as trocas de hidrogênio, pois os grãos solicitam do Cerrado a constante irrigação da sua terra. “Seria aquilo um canal?”, indagamos a partir da estrada de chão, ao observarmos uma extensa cerca que acompanha um “rio” com leito de composição plástica (uma lona). É preciso parar para ver melhor esses canais estranhos. O roteiro pode esperar frente à tão magnífica estrutura sociotécnica. Estacionados à beira da estrada de terra, admirando a longa cerca perfilada ao canal, à estrada, às linhas de energia, subimos o pequeno barranco para ver de perto e entender que, afinal, aquela estrutura abastece um elaborado sistema hídrico que serve aos propósitos da irrigação da lavoura. A monocultura em terras de cerrado se sustenta nos pivôs centrais. A partir de um eixo as mangueiras de irrigação molham a terra em um movimento circular que descreve um círculo perfeito, como se tivesse resultado da precisão de um compasso. Os tanques de água também conformam um admirável projeto geométrico que visto de cima se assemelham a grandes olhos negros, profundos e íntegros.

Os reservatórios, que não vemos da estrada, mas que são de fácil apreciação nas imagens de satélite, são estruturas impressionantes. Trata-se de reservas hídricas que captam dos rios próximos o precioso líquido e o reservam para usos nas lavouras. A captura exige um grande emprego

da engenharia, a manutenção demanda o esforço da máquina e do homem para a correção de fugas do recurso e de mudanças em sua composição, mas o uso aplica pouca mão-de-obra. A internet das coisas, a inteligência artificial, a automação e a realidade aumentada são as parafernálias que acompanham o líquido vital. Esse “emaranhado” de *hardwares*, *softwares*, *peoplewares* e *animalwares* se recobrem e desdobram, rodam em círculos e produzem uma paisagem alienígena, se pudermos empregar a expressão contida na obra da artista plástica Anna Bella Geiger ao se referir a um certo Brasil de anos atrás. Se não fossemos informados sobre a razão embutida na forma, o seu conteúdo, como advertia Milton Santos, provavelmente as confundiríamos com um recado aos deuses ou aos seres extraterrestres. A fisionomia alienígena é, também, uma composição mais-que-humana, quase-ciborgue, expressão de um meio altamente tecnificado.

O pivô central e os reservatórios marcam a vista que temos da região a partir das imagens de satélite (figura 6). Da mesma forma, as rotatórias guiam os percursos da capital mais próxima, Palmas-TO, que em seu plano urbano valorizou o acerto geométrico na composição de sua estética moderna tardia. Projetos de cidade e projetos de agricultura se complementam em um sistema geométrico simples, mas de grande complexidade existencial. Rotatórias, pivôs centrais e reservatórios espelham um projeto de mobilidade expansiva, das “coisas” que nunca param, agro e urbe em contínua operação. Eles são as mandalas do agronegócio, os eixos de integração dos projetos urbanos e rurais, os elos energéticos de uma complexa rede de objetos móveis.



Figura 6 – A rotatória é o pivô central. Fonte: formulação própria a partir das imagens do software Google Earth Pro (15/10/2023).

A mandala é, de alguma maneira, a simplificação da vontade humana em sua expressão capitalista que entende o círculo como uma forma ideal de ser-no-mundo. Um mundo amplamente híbrido, criado para a execução automatizada da irrigação. O círculo atrai e para ele convergem, concentram e dispersam os movimentos da água, dos carros, do agro. Assim como em 1943, podemos passar dias sem ver uma única pessoa. Ainda que, no nosso caso, elas estivessem “presentes” em seus artifícios agrícolas. Não se vê viva alma em quilômetros, mas as máquinas estão

presentes e são companheiras das moscas que habitam esses pequenos ecótonos, originários do estranho contato entre um bioma e o seu lento extermínio. Na confusão da paisagem liminar, os bichos também andam em círculos e perdem a orientação. Eles não seguem apenas as tropas como o faziam as mutucas da expedição dos anos 1940, mas, em nuvens, se espalham em frente aos veículos se chocando contra os seus para-brisas. Afinal, canais, reservatórios, bombas d'água, pivôs centrais e computadores refazem a paisagem do cerrado, mudam a cena, o meio e os seus habitantes, nativos ou alienígenas. Duelos de velocidades, de corpos e de tempos de vida se estabelecem à beira da estrada.

O limite do artifício: os brasis em conclusão

Buriti, palmeira que se destaca na paisagem das grandes veredas do cerrado, que serve de abrigo em seus troncos e raízes para pequenos animais e para a artesanaria de pequenas embarcações, que oferece seu fruto para os pássaros, e que pode ter deles o óleo e xtraído para o tratamento de queimaduras. Planta nativa que chamou a atenção de Alexander von Humboldt pelo seu papel na organização de um complexo ecossistema às margens do Rio Orinoco (WULF, 2016). Não há descrição possível que dê conta do deslumbramento que uma vereda exerce sobre o nosso olhar depois de horas seguindo a monótona paisagem agrícola do Cerrado e a expressividade do solo exposto após a colheita dos grãos. As paisagens do agronegócio contrastam com o corredor de árvores, rios e bichos das veredas. Não se trata apenas de uma mudança visual, mas sonora. O silêncio das fazendas na entressafra se opõe radicalmente ao burburinho da vida que graça na terra úmida das veredas.

O aspecto desértico das fazendas reflete também uma aridez de ideias. A monocultura é uma forma de monotonia, repetição constante das mesmas fontes de riqueza, que planificam o chão e abrem apenas pequenas brechas para a diversidade, que lava com o seu verde as marcas deixadas pela vontade do negócio agrícola. O fogo é, nesse caso, estratégico. Ele consome a madeira e desbasta as raízes como se fossem ervas daninhas. Em poucas horas estará tudo no chão. Se “fez” nova terra para o uso agrícola, se criou nova demanda para o desvio da água.

O Brasil nativo, presente nas descrições da expedição dos anos 1940, ainda guardava o desafio das distâncias e das novidades. Destacavam-se os plantios de mandioca, arroz, feijão, milho e cana de açúcar, além das pastagens que, mesmo enfraquecidas nos períodos mais secos, ainda sustentavam elementar agropecuária (PEREIRA, 1943). Apesar das terras já estarem ocupadas, de algumas vertentes já terem sido percorridas, ainda se notava a mata nativa, os sertões, que hoje aparecem apenas nos antigos traços dos sítios, quase imperceptíveis nas imagens de satélite. Viraram cenário para as narrativas da literatura nacional e regionalista. Olhando “de cima” o que se destaca são os quilômetros de polígonos e círculos que cercam os rincões verdes, que pressionam os rios e os riachos, que se expandem e alcançam todo o cerrado brasileiro.

Novamente, tomando de Anna Bella Geiger a expressividade descritiva, este Brasil nativo contrasta com um Brasil alienígena, com uma nação criada em outras coordenadas cartográficas. Trata-se de uma ruptura. A vontade de um espaço homogêneo que cria, em decorrência, uma luta

sobre o destino do próprio país. No limite estabelecido entre passado e futuro mudam as cores, os sons, as texturas e as geometrias, muda o jogo dos elementos, entre terra, ar, fogo e água.

Outra forma de expressar essa tensão poderia ser buscada na própria paisagem como expressão da cultura. A palavra cultura, aliás, remete à terra, ao cultivo e à produção de algo que é híbrido em sua origem (ou melhor, algo que é, sem precisar ser algo novo, inventado sob a palavra híbrido). O fruto da terra elaborado pela criatividade humana em meio à oferta do mundo, em fórmula consagrada por Vidal de La Blache, em termos da natureza que propõe e do homem que dispõe. Ao Brasil alienígena / Brasil nativo se unem os sentidos empregados por Nadir Bouhmouch e Soumeya Ait Ahmed² ao tratarem da oposição fundamental entre uma monocultura (mono-cultura) e uma policultura (poli-cultura). Da primeira a universalidade tende a reproduzir e a repetir os mesmos genes, estéticas e narrativas; da segunda emana a biodiversidade e a novidade artística. Nesse sentido a obra humana se manifesta nas duas frentes: ela é monotonia em um contexto de reproduzibilidade técnica e é, ao mesmo tempo, polirritmia decorrente da diversidade de seres que povoam a região. Este encontro fenomenal é uma abertura para o entendimento dos projetos de vida que, hoje, se chocam na região.

Ambos – mono e policultivadores – compartilham, no entanto, um desejo de buscar um centro, de encontrar nas deambulações da vida um sentido fixo, uma orientação (figura 7). Nesse sentido, a cultura é também ritual. Para uns, será a busca, do centro para as extremidades, por repetir os sucessos de outros projetos; para outros, será a procissão renovada, das extremidades para o centro, de encontrar no todo a parte que lhes cabe e sossegar. Há, portanto, diversas camadas de significados empregados nessa luta, pois ela é, ao mesmo tempo, a defesa de uma cultura e de um *self*. Manter as formas de ser no mundo é também uma forma de manter no mundo as marcas da própria vida na terra.

Paisagem como marca de uma cultura, expressão concreta do passado, seja ele visto como relíquia, memória ou rugosidade. Uma cultura que transforma a terra e que preserva trechos da paisagem natural para se adequar às leis. O registro do passado apresenta a região como um labirinto no qual o trabalhador andava de um lado a outro em busca de renda de um a terra arenosa que pouca fortuna oferecia aos primeiros colonos. Desses tempos quase nada ficou. Hoje o que marca a região é o turismo do parque nacional e sua abundância refrescante e efervescente. Alguns poucos encontram remansos em terras agricultáveis, às margens dos grandes rios, como em São Marcelo e Arroz, na Bahia, por exemplo. O município de Formosa do Rio Preto, que os abriga, revela de forma precisa essa tensão e sua transformação desde a expedição de 1943 é um caso que merecia ainda muitas reflexões.

Paisagem como matriz social (BERQUE, 1987) de um povo que vê aos poucos o Brasil nativo desaparecer. Nativos que já não se encontravam pela região nos anos 1940, quando nem sequer vestígios se achavam para revelar um país anterior à colonização. Esta região reencontra outros brasis, como elaborou Darci Ribeiro (1995), em diferentes momentos entre crioulos, caboclos, caipiras, sertanejos e sulistas. Destas mulheres e homens que arriscaram suas vidas pelo interior ainda sobram povoados e vilas de veredeiros e geralistas, quase todas marginais frente ao novo mundo que se abriu nos últimos trinta anos. O “Matopiba”, nomeado em razão da

² Ver o mural da exposição em: <<https://35.bienal.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2023/06/nadir-bouhmouch-e-soumeya-ait-ahmed-3-scaled.jpg>>

permeabilidade do agronegócio sobre os quatro estados da federação, põe as suas mãos sobre os limites das áreas de proteção ambiental. Os Gerais se apertam e se espremem em meio às peças de um elaborado quebra-cabeças esculpido pelo maquinário e pelos empresários do agronegócio (figuras 8 e 9). As veredas, que já sustentaram os antigos povoados, serpenteiam, desafiando a geometria das fazendas novas, se encaixando em uma paisagem que lhes é estranha. As quinas ameaçam os meandros. A paisagem é provocada pela geometria pontiaguda dos retângulos e pela terra ocre que marca o solo da agricultura. Outros brasis ganham forma e sentido.

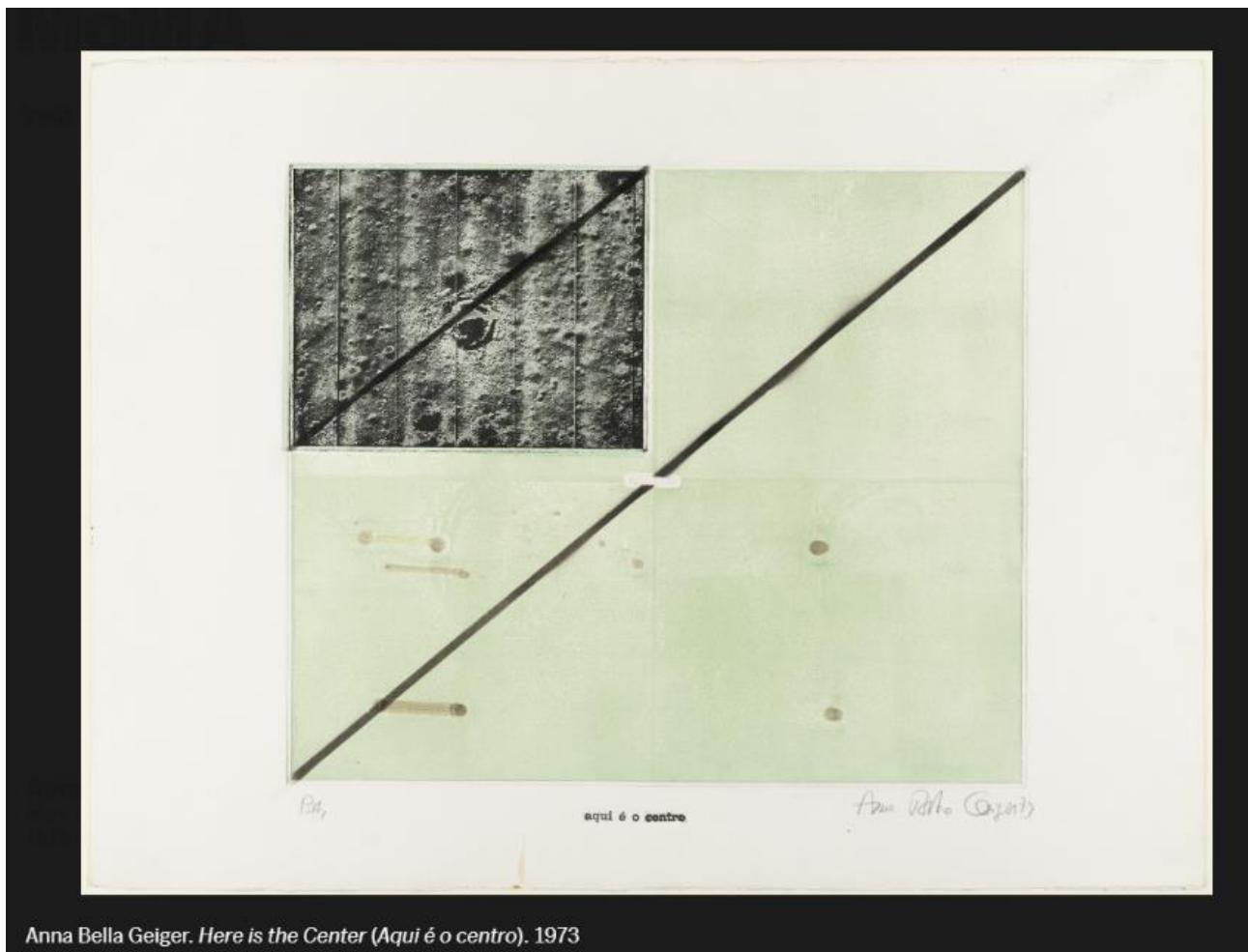


Figura 7 – Aqui é o centro. Fonte: obra de Anna Bella Geiger (1973). MoMA, Musuem of Modern Art, New York (<https://www.moma.org/collection/works/62399>).

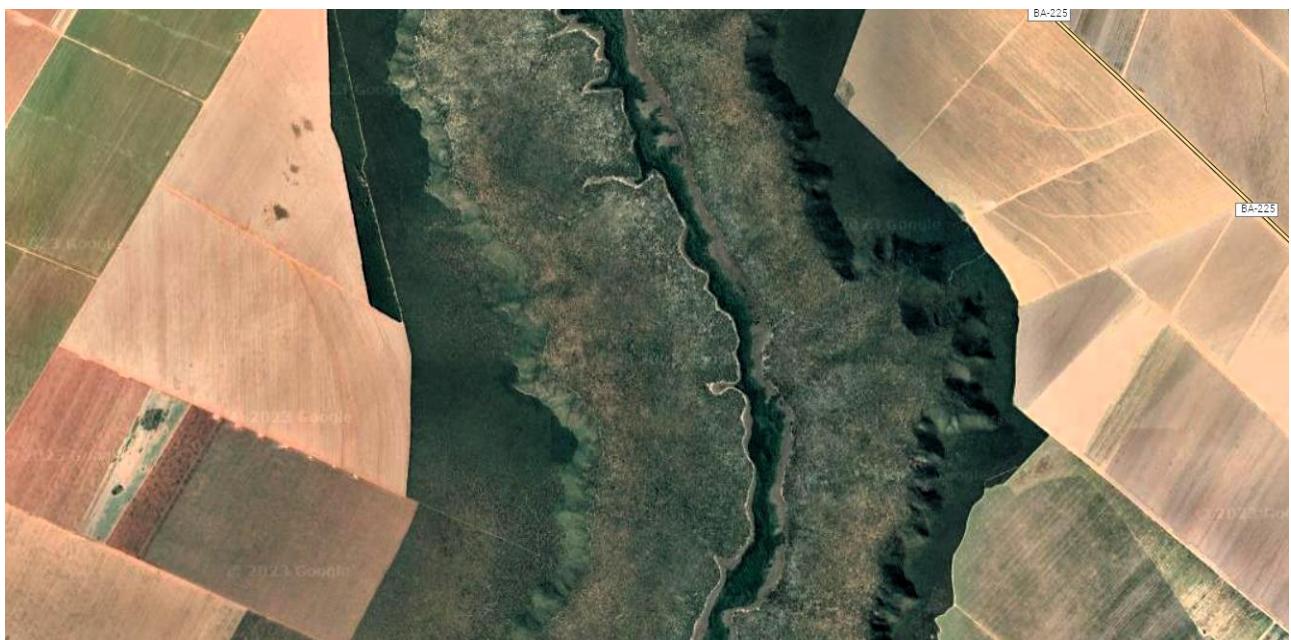


Figura 8 – Paisagem-marpa, paisagem-matriz, paisagem-mandala. Fonte: *Google Earth Pro* (15/10/2023).



Figura 9 – verde, amarelo, azul e branco. Fonte: Fotografia de Ève-Anne Bühler (2023).

A paisagem também surge como delírio provocado por uma febre. A paisagem que se vê descreve a vida e a morte do cerrado, dos gerais, das veredas. Enfim, estas terras observam a fortuna que drena dos rios a fonte de sua riqueza exportadora. As roças dos veredeiros

permanecem como testemunhos de outros tempos, assim como as antigas propriedades onde se cria o gado em pasto ralo e pouco nutritivo. Destas roças se tira pouco, mas sobre elas existe um habitat em vias de extinção, visto que, assim como as veredas, o seu povo se aperta e se esquiva de um inevitável fim.

Submetido em 13 de outubro de 2024.

Aceito para publicação em 17 de janeiro de 2025.

Referências

- BERQUE, A. Milieu et motivation paysagère. **L'Espace géographique**, tome 16, n. 4, p. 241-250, 1987.
- BESSE, J-M. Le paysage, entre le politique et le vernaculaire. Réflexions à partir de John Brinckerhoff Jackson. **ARCHES**, n. 6, p. 9-27, 2003.
- BRASIL-MACHADO, A. **Os ecolimites como dispositivo para a gestão das descontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- BÜHLER, E.; OLIVEIRA, V. A neoliberalização da natureza na fronteira agrícola do cerrado nortes-tino. **Revista Raízes**, v. 39, n. 2, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.110>>
- CAPEL, H. **La Morfología de las Ciudades**. Barcelona: Ed. Del Serbal, 2002.
- CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins**, on-line, n. 17, 2013. DOI: <<https://doi.org/10.4000/confins.12414>>
- COSGROVE, D. **Geography and Vision: seeing, imagining and representing the World**. New York: I.B. Tauris, 2008.
- GEIGER, A. B. **Brasil Nativo / Brasil Alienígena**. São Paulo: MASP, Edições Sesc, 2019.
- GEIGER, P. P. Excursão ao Jalapão: trechos de um relatório inédito. **Terra Brasilis**, on-line, n. 3, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1030>>
- GOMES, P. C. C. **Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- JACKSON, J. B. **Landscapes: selected writings of J. B. Jackson**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1970.
- PEREIRA, G. S. Expedição ao Jalapão. **Revista Brasileira de Geografia**, ano V, n. 4, p. 573-622, 1943.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.
- SILVA, P.; SAUER, S. Desmantelamento e desregulação de políticas ambientais e apropriação da terra e de bens naturais no Cerrado. **Revista Raízes**, v. 42, n. 2, p. 298–315, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.747>>
- WULF, A. **A Invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.